

## A Exploração Mineral no Estado de Mato Grosso do Sul - Brasil

Lisandra Pereira Lamoso  
DCH – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Dourados\_MS, Brasil  
FAX: (67) 426-1499  
Correio: lamoso@terra.com.br

### 1. Introdução

No Brasil, a produção de minério de ferro e manganês encontra-se relativamente concentrada em poucas áreas de exploração. Quanto ao minério de ferro, que é o principal produto da indústria mineral, a maior exploração é realizada no Estado de Minas Gerais, na região do Quadrilátero Ferrífero, que é responsável pelo abastecimento interno, dada sua localização, e também pelas exportações. No Pará, na Serra dos Carajás, a exportação é voltada, principalmente, para o mercado externo, escoada via Terminal da Ponta da Madeira, em São Luís – Maranhão. O terceiro Estado de destaque é Mato Grosso do Sul, que é o objetivo deste trabalho.

A pouca expressão quantitativa da produção mineral, em relação ao total do país fez com que pouca literatura fosse dedicada às jazidas sul-mato-grossenses. Este trabalho tem por objetivo preencher parte dessa lacuna, resgatando a história da exploração mineral no Estado, sua situação atual e perspectivas.

A figura 1 demonstra a participação relativa da produção e das reservas medidas no Brasil, segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral, que é o órgão responsável pelas estatísticas da produção mineral nacional, assim como sua regulação.

Fig. 1

BRASIL – Distribuição da participação relativa de minério de ferro e manganês por Estado

Estado	Minério de Ferro		Manganês	
	Produção	Reserva Medida	Produção	Reserva Medida
Minas Gerais	78,2	81,0	56,6	57,9
Pará	20,4	12,0	27,8	21,5
Mato Grosso do Sul	0,8	6,0	12,2	8,2
Outros estados	0,6	1,0	3,4	12,4

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro – DNPM -Organizado por: Lisandra Lamoso

As jazidas sul-mato-grossenses estão situadas nos municípios de Corumbá e Ladário, próximas à linha internacional da fronteira Brasil-Bolívia, compondo a formações da serra do Rabicho, Morro Grande, Serra de Santa Cruz, Morro de Tromba dos Macacos, Serra do Jacadigo e Morro do Urucum. Na topografia da planície do rio Paraguai, destacam-se essas formações, que são popularmente conhecidas como “Morraria do Urucum”. Essa região faz parte, político-administrativamente, do Estado de Mato Grosso do Sul desde a divisão do Estado de Mato Grosso, em 1979, e a área de exploração está na área do Pantanal Sul-mato-grossense.

A exploração econômica dos recursos não é recente: *“em 1860 mandou o Governo Imperial a Rodolfo Waehndelt fundar, na então província de Mato Grosso, uma fábrica de ferro e pólvora. No resumo da sua exploração elle não faz allusão alguma à ocorrência do ferro nas montanhas do Urucum”*. (Lisboa, 1909:72) Consta na historiografia que o primeiro indicativo do conhecimento das jazidas data da Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870 (Almeida, 1945:12). Desse momento até os dias atuais, a exploração se desenvolveu em estreita ligação com os impulsos partidos do mercado consumidor interno e da conjuntura internacional.

## 2. Da Descoberta do Recurso às Primeiras Explorações

Quando da descoberta do minério de ferro, as terras eram uma concessão da Corte Portuguesa a poucos agraciados e entre eles estava o Barão de Villa Maria, “proprietário” das fazendas Piraputangas e São Domingos, onde se localizavam as jazidas de minério de ferro e manganês. O Barão obteve da Coroa a permissão para exploração dos recursos minerais, embora a conjuntura econômica não tenha favorecido a iniciativa. Pelo porto de Corumbá, a Província tinha acesso a importação, através dos comerciantes, de ferramentas e utensílios agrícolas fabricados com ferro o que, provavelmente, teria postergado a necessidade da exploração de forma mais sistemática. O Barão de Villa Maria faleceu antes que tivesse dado início à exploração das jazidas e a concessão foi oferecida à viúva, Maria da Glória Pereira Leite, Baronesa de Villa Maria, em 2 de agosto de 1876. As dificuldades da época, além da pouca demanda, fizeram com que a exploração não se concretizasse, mesmo após ser prorrogada a concessão em 1878 e 1882 (Lisboa, 1909:73).

No final do século XIX, o Governo ofereceu outras concessões semelhantes para a exploração mineral: em 1880 concedeu a J. B. Vieira de Carvalho e Vasconcellos, G. Gama e Francisco Couto e Silva para a exploração de ferro e outros minerais na margem esquerda do

rio Paraguai, na comarca de Corumbá; e em 25 de junho de 1881, a Francisco Couto da Silva para organizar duas companhias para fabricação de ferro, sendo uma em São Luíz de Cáceres e outra em Corumbá (Lisboa, 1909:73). A concessão de Francisco Couto da Silva foi prorrogada em 28 de julho de 1882 e em 23 de novembro de 1882. Em 1894 o Governo de Mato Grosso transferiu a Francisco Couto e Silva o privilégio da extração de ferro e outros minerais nos terrenos devolutos do Urucum pelo período de vinte anos.

Na Província de Minas Gerais, na região atualmente conhecida como Quadrilátero Ferrífero, a necessidade de ferramentas e utensílios agrícolas e a distância dos centros de importação fizeram com que o ferro fosse precariamente beneficiado, principalmente para a confecção de ferraduras para as tropas de cavalos que transportavam mantimentos para os mineiros que trabalhavam na exploração do ouro. Em Mato Grosso, a fraca atividade agrícola e a facilidade de importação via rio Paraguai, através do intenso comércio que se havia estabelecido, fizeram com que a exploração econômica do minério fosse postergada. Até mesmo armamentos e peças utilizadas durante a Guerra do Paraguai foram fabricados na região de Sorocaba-SP, no Morro Araçoiaba: *“no Morro Araçoiaba (...) Varhagen instalou um dos primeiros altos-fornos, que funcionaram no Brasil e que trabalhou ativamente durante a Guerra do Paraguai”* (Abreu, 1973:477).

Por volta de 1900, a partir de contatos de Francisco Couto e Silva com a empresa Ayrosa e Cia, uma grande exportadora de manganês. Essa companhia enviou seu engenheiro, Sr. J. Públio Ribeiro para avaliar a reserva de minério de manganês. As relações do Mato Grosso com outros núcleos do País já estavam mais estreitas (Lisboa, 1944:35). A mineração em Minas Gerais havia desenvolvido *know-how*, e de lá vieram algumas empresas interessadas nas jazidas mato-grossenses, como foi o caso da empresa Ayrosa. Esse processo da vinda de uma empresa de outra Província está diretamente associada à formação sócio-econômica mato-grossense. Por um lado, a classe de comerciantes voltada à atividade importadora, por outro, a aristocracia rural da região voltada para a produção extensiva da pecuária bovina, fizeram com que uma atividade como a exploração mineral, de minério de ferro, não atraísse nenhum dos personagens com capacidade de investimento. A primeira fase ficou, então, caracterizada pelas constantes transferências de concessões sem que uma exploração mais efetiva ou uma rede de “pequenas manufaturas de ferro” fosse implantada na região.

### 3. A Participação do Capital Estrangeiro no Início do Século XX

Sem a exploração pela empresa Ayrosa, a concessão foi transferida para a *Compagnie d'Urucum*, constituída em 1906, com sede em Ougréé, Província de Liége, na Bélgica. O investimento estrangeiro caracteriza o que consideramos uma segunda fase na exploração mineral no Estado. A *Compagnie* foi constituída pela *Sociedade Anonyma de Ougréé Marihaye* e pela *Société Anonyme Métalurgique d'Espérance Longdoz*, que possuía grandes fornos, minas de carvão e fundições de aço, para fornecimento de grandes quantidades de manganês para suas fábricas (Exposição Nacional, 1908). Eram empresas belgas interessadas na fabricação do aço por “*desphosphoração*”, adequadas, portanto, às características do minério da região de Corumbá.

A Companhia iniciou os trabalhos no mês de abril de 1907. Contratou operários locais e um grupo de mineiros foi especialmente trazido de Montevidéo. A previsão de contratação de mão-de-obra foi considerável para os padrões da época. Em publicação oficial de 1908, afirmava-se que: “*a companhia, tendo em consideração os elevados preços da mão de obra e do frete para a Europa, será obrigada a explorar em larga escala para extrair de 100 a 120.000 toneladas de mineral, e a empregar de 150 a 175 mineiros, sem contar os peões e os profissionais necessários, como: marinheiros, mecanicos, foguistas, ferreiros, carpinteiros, etc etc, que com suas famílias chegarão a formar uma população de nada menos de 1.500 almas* (Mato Grosso, 1908:132). Nessa fase, a exploração mineral conferiu um grande dinamismo econômico à região, tanto que a mão de obra local não foi suficiente para atender às necessidades da atividade. Trabalhadores bolivianos foram empregados, assim como profissionais especializados vindos de São Paulo e estrangeiros de Portugal, Itália e Espanha.

Apesar da Primeira Guerra Mundial ter provocado o crescimento da demanda por ferro e manganês para confecção de equipamentos militares, a melhor localização das minas de Minas Gerais colocou os investimentos em Mato Grosso em segundo plano. Quando eclodiu a Guerra já estava em curso um processo iniciado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, de cassação da concessão da companhia belga. Tal cassação foi suspensa em 1915 e retomada em 2 de janeiro de 1918, último ano da Primeira Guerra Mundial. Com a diminuição da demanda, a *Compagnie* se retirou das negociações e cedeu a exploração para o Sr. Reo Bennet, representante de um sindicato norte-americano. Em 3 de janeiro de 1918, uma mensagem do Interventor Federal resumia a situação da exploração: “*reformei o contrato com o representante de um sindicato americano, cessionário da Companhia Belga, o contrato para exploração das minas de manganês do Urucum. Muitos anos se passaram depois que, para exploração dessas minas, fez o Estado a primeira concessão. Nem o primitivo concessionário e nem os seus vários sucessores exportaram minério; ultimamente a Companhia Belga cessou de*

*trabalhar.*” (Exposição apresentada ao Exmo. Sr. D. Francisco de Aquino Corrêa, M. D. Presidente do Estado de Mato Grosso, pelo Dr. Camilo Soares de Moura, Interventor Federal).

O novo concessionário não permaneceu mais que dois meses à frente da exploração, que foi passada, em 13 de maio de 1918 para a Companhia Minas e Viação de Mato Grosso, Sociedade Anônima, Essa concessão caducou em 13 de maio de 1924. O Estado chegou a avalizar um empréstimo contraído pela empresa para aquisição de material de transporte (trilhos). Foram construídas algumas obras, como um plano inclinado entre as galerias e a plataforma da estrada de ferro para o transporte do minério. Houve a importação de cerca de 8 mil contos de material fixo e rodante e teve início um trabalho de instalação de trilhos, suspenso com o fim da Guerra. Mas, nem mesmo durante a Guerra foi exportado minério de Mato Grosso, apesar da Companhia belga ter construído uma via férrea de bitola estreita ligando a mina até Corumbá.

#### 4. A Industrialização Brasileira e a Nova Fase da Exploração

De 1932 a 1942, aproximadamente, o País ingressou em um processo de desenvolvimento de seus próprios ciclos de industrialização, marcados pela associação de uma oligarquia agrária regional com uma emergente burguesia industrial que imprimiu seu projeto de emancipação frente aos interesses do capitalismo industrial (Rangel, 1982). Não por acaso, é desse período o Código de Minas de 1934, cuja principal determinação foi o condicionamento da autorização de lavra somente a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil.

Essas condições caracterizaram o que consideramos com uma terceira fase na exploração mineral da região. Ficaram impedidas novas concessões ou renovações com representantes belgas ou norte-americanos. O Governo do Estado requereu, a seu favor, em 1940, a concessão da exploração e autorizações de pesquisa para minério de manganês e ferro. Dessa iniciativa resultou o relatório assinado pelo Engenheiro Octavio Barbosa, que avaliou as reservas de ferro em 3.729.600 toneladas, com teor de ferro variável em média de 58%. Na conjuntura da autonomia nacional nos investimentos minerais, foi atraída para a região uma empresa que já atuava na mineração de ferro no Estado de Minas Gerais. Em 1943, o Governo do Estado firmou um contrato de exploração do minério de ferro e manganês do morro do Urucum com a Sociedade Brasileira de Mineração, a SOBRAMIL (Póvoas, 1977:139).

A SOBRAMIL foi criada em 1937 pelo Engenheiro Salim Chamma com o objetivo de exportar o minério do Vale do Paraopeba, em Minas Gerais, através do Porto do Rio de Janeiro. Em 1940, Chamma veio para Mato Grosso atraído pela divulgação da existência de depósitos

de ferro e manganês, com o objetivo de atuar como empresa de transporte de minério (Sobramil, 1988:2). Por isso fundou, em 1941, a Sociedade Comercial y Maritima SOCOMAR, com sede na Argentina. Da empresa de transporte passou a concessionário para a exploração do minério de Corumbá. O primeiro contrato, em Mato Grosso, foi assinado em 1943 e previu o prazo de vigência de cem anos. Como as condições de prazo e os preços foram motivos de protestos na Assembléia Legislativa, o Estado procurou atrair nossos empresários para aumentar o poder de negociação com os Chamma. Sua estratégia foi a divulgação dos recursos do Estado através da publicação, no jornal "O Globo", em 4 de abril de 1945, de uma propaganda enaltecendo e divulgando estimativas feitas das reservas de ferro e manganês. O contrato foi assinado em plena Segunda Guerra Mundial. O contrato foi assinado em plena Segunda Guerra. O esforço militar fez com que os Estados Unidos ampliassem suas importações de manganês e minério de ferro brasileiros apresentando boas perspectivas para a atividade econômica. Os fatores externos e internos foram favoráveis à verticalização da atividade mineral e o Grupo Chamma aproveitou para colocar em funcionamento um alto-forno com capacidade para produção de cinquenta toneladas/dia. Iniciou a exportação de ferro-gusa em 1945 (Póvoas, 1977:139). A atividade siderúrgica provocou a criação de outra empresa no grupo, além da SOBRAMIL, a Sociedade Brasileira de Siderurgia.

A atividade siderúrgica está entre as mais importantes da história econômica de Corumbá. Segundo informação do Diretor-Presidente, Jorge Chamma, ainda que a fonte seja suspeita, a siderurgia atraiu cerca de duas mil pessoas durante o processo de implantação, para organização da coleta de madeira e operação dos fornos para produção do carvão vegetal. O alto-forno foi abastecido apenas com carvão vegetal produzido com madeira extraída na região. Não há como subestimar que essa mão-de-obra estimule o comércio, aumente o consumo de alimentos e bens básicos na região que contava com pouco mais de vinte mil habitantes.

Além da Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL) e da Sociedade Brasileira de Siderurgia (BRASIDER), o Grupo Chamma criou a Sociedade Brasileira de Imóveis (SOBRAIMOVE). Esta foi a razão social da empresa encarregada da compra de terrenos para os projetos de reflorestamento, visando à produção de madeira para as carvoarias que abasteceriam o alto-forno. Além do reflorestamento, a SOBRAIMOVE centralizou a aquisição das concessões de lavra. Mantida a carvão vegetal produzido com madeira extraída das matas nativas, não há como imaginar que a atividade poderia ter expandido sua capacidade de produção. A tendência é a madeira ficar cada vez mais escassa e distante e o carvão mais

caro. Sem contar com a alternativa do carvão mineral, o alto-forno foi desativado e Corumbá voltou à exportação do minério não-transformado.

No mercado internacional, toda e qualquer nova exploração de manganês era de primordial interesse para os Estados Unidos, já que a União Soviética era responsável por, aproximadamente, 75% da produção mundial de manganês. Essa situação movimentou politicamente as iniciativas norte-americanas em direção aos países periféricos que tivessem reservas passíveis de uma exploração econômica de curto prazo. A pressão norte-americana e os interesses internos brasileiros resultaram em uma “flexibilização” da lei com relação à exploração mineral e foi elaborado, em 1944, uma nova redação para o Código de Minas. Pela nova redação, companhias destinadas à exploração mineral poderiam ter até 50% de capital estrangeiro, desde que constituídas no Brasil. que durante a Segunda Guerra parte das jazidas do Urucum foram estudadas pelo United States Geological Survey, junto com o Departamento Nacional de Produção Mineral, resultando em minuciosos relatórios (Leonardos,1957:.272) . Isso fez com que, em 1948, a Companhia Meridional solicitasse através de carta ao Governo de Mato Grosso, as condições necessárias para que a empresa explorasse as jazidas de manganês. A empresa foi informada que a concessão estava sendo negociada para a empresa SOBRAMIL. (Leonardos, 1957:272). A Companhia Meridional era uma empresa subsidiária da United States Steel Corporation, uma das maiores produtoras de aço dos Estados Unidos. Essa Companhia já atuava no Brasil desde 1920, quando explorava minério de ferro no Morro da Mina, Estado de Minas Gerais. Como em 1946 a empresa perdeu a concorrência para explorar as jazidas de manganês no Amapá, para o Grupo Azevedo Antunes (ICOMI), interessou-se pelos depósitos mato-grossenses e associou-se à SOBRAMIL no final da década de quarenta. Essa associação, mesmo juridicamente legal pelo Código de Minas, esbarrou em uma particularidade de Corumbá: as reservas estavam em zona de fronteira (pelas leis brasileiras de mineração não era permitido a qualquer firma estrangeira a exploração de áreas ao longo da fronteira). Essa questão foi resolvida com a SOBRAMIL ficando com 59% da participação e a Meridional, o restante. Quando o governador Fernando Correa da Costa se manifestou na Assembléia Legislativa pela revisão do contrato, a SOBRAMIL já estava associada à Companhia Meridional. O poder de pressão estava comprometido e com relação aos termos do contrato, perante o Código de Minas, estava tudo regular. Justificava o governador Fernando Correa da Costa, em mensagem à Assembléia Legislativa em 13 de junho de 1952: *“Como se tratava de mineral estratégico, de primordial importância na fase de quase beligerância dos nossos dias e não sabendo dos compromissos internacionais que porventura tinha assumido a*

*Nação, solicitamos do Governo Federal seu beneplácito para iniciarmos entendimentos com o concessionário, a fim de melhorarmos as vantagens para o Estado, na exportação do minério.”*

Ao que parece, a influência da United States Steel foi exercida sobre o Governo Federal para que não interferisse no contrato que a empresa, através da Companhia Meridional, havia firmado com a empresa brasileira (SOBRAMIL) e com o Governo do Estado, porque o Governador, na mensagem, demonstra a intenção de melhorar as vantagens para o Mato Grosso. Outra questão é que o Governo do Estado ficou sem autonomia para encaminhar as negociações porque foi determinado pelo Conselho de Segurança Nacional que as minas retornassem, por questões de interesse nacional, à posse da União, pois o Conselho alegava que o Estado havia descumprido algumas cláusulas do Código de Minas.

O contrato ainda não havia sido aprovado pela Assembléia Legislativa (embora estivesse funcionando na prática, com relação aos termos de pagamento). O compromisso entre a SOBRAMIL e o Governo do Estado apenas foi apreciado pela Comissão Legislativa. Para diminuir ainda mais o poder de barganha do Governo do Estado, a concessionária SOBRAMIL havia negociado com sua associada (Meridional) um empréstimo de trinta milhões de dólares, no Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos, com o objetivo de financiar equipamento para a mina e para o transporte fluvial necessário do minério até Montevideo. Esse empréstimo, como era de praxe, deveria receber o assentimento do Governo brasileiro. As preocupações administrativas com relação aos contratos de concessão eram plenamente justificáveis, pois a Guerra (que era o grande motivo de aumento da demanda mineral) já havia terminado.

Nos anos cinquenta, a mineração de ferro e manganês mato-grossenses ganharam a concorrência dos depósitos da Serra do Navio, no Amapá e dos depósitos na Bahia e em Carajás. Em 1953, dez anos após o contrato com a SOBRAMIL, o Governador do Mato Grosso comunicou à Assembléia Legislativa o andamento das negociações sobre o arrendamento das minas do Urucum. Informou que o Estado contaria com a assistência de técnicos da União para encaminhar o contrato com a firma arrendatária. As negociações foram retomadas com a SOBRAMIL e com a Meridional, chegando aos diretores da United States Steel. Na Mensagem à Assembléia Legislativa em 1953, o Governador Fernando Corrêa da Costa expõe: *“a essa altura, já o ‘General Service Administration’, que é a Comissão de Compras do Governo Americano, notificara a nossa Embaixada em Washington, que se desinteressava pela compra de três milhões de toneladas de manganês do Urucum, em virtude da demora nas negociações e que o tinha adquirido das minas do Amapá. Assim sendo, não se realizaria mais o empréstimo de cinquenta milhões de dólares para o aparelhamento das nossas minas de Corumbá e o*



*transporte dos seus produtos.*” Mesmo em vista da chantagem da empresa e da indignação do Governador, o contrato foi firmado, em duas etapas, porque a Meridional tinha a maioria de suas ações sob domínio estrangeiro e a Comissão da Faixa de Fronteira vetou a operação direta. O governo assinou um contrato com a SOBRAMIL, para o arrendamento dos direitos de lavra, e um segundo contrato foi estabelecido entre a SOBRAMIL e a Meridional, com relação à compra e venda de minérios. (Mensagem à Assembléia, 1953).

Sobre o contrato de arrendamento entre a SOBRAMIL e o Governo do Estado, foi estabelecido que seria pelo período de cinquenta anos. Se dois anos antes da expiração do prazo a empresa manifestasse interesse em continuar as atividades, o Estado abriria nova concorrência e, no julgamento das propostas, o Estado deveria levar em conta as inversões de capital feitas até então pela empresa, como é praxe nos contratos de arrendamento de explorações minerais. Ficou assegurada à empresa a faculdade de lavar e vender um mínimo de cinquenta toneladas anuais e o máximo de quinhentas mil toneladas de minério de manganês. Qualquer venda em quantidade superior a essa deveria receber a autorização do Governo do Estado, depois de consultado o Governo Federal. A empresa ficou obrigada a fornecer minério de manganês à indústria nacional e a atender às obrigações do Governo brasileiro, desde que as quantidades para esses fins não excedessem a 15% do total da sua produção.

Do lado brasileiro, a produção em Corumbá poderia contar com um comprador e com o financiamento para cobertura das necessidades materiais; do lado norte-americano, representado pela United States Steel, através da Companhia Meridional, a produção da minas do Urucum ficava como uma garantia de abastecimento, na complicada geopolítica mineral. Desde 23 de julho de 1946, o governo americano adotava a política de estocar minério de manganês, em Pittsburg, onde já existiam oito milhões de toneladas em 1956. Esse estoque planejado foi feito para sustentar a decisão tomada em 1952, conhecida como “*Battle Act*”<sup>1</sup>. Essa situação internacional repercutiu diretamente na presença da Meridional na exploração dos depósitos do Urucum e também no interesse da SOBRAMIL, que passou a ter mercado para suas exportações, visto que o mercado interno estava mais bem servido pelo minério de Minas Gerais, pela sua proximidade geográfica.

Enquanto a produção de Minas era transportada pela Estrada de Ferro Vitória-Minas e pela Central do Brasil, o minério do Urucum era exportado por chatas, utilizando um empurrador (Urucum I), com capacidade para 11 ou 12 chatas, até o porto de Nueva Palmira, no Uruguai, onde era feito o transbordo para cargueiros de longo percurso, com destino aos Estados Unidos. Do ano de implantação do projeto (1956) até 1972, a SOBRAMIL lavrou e

exportou cerca de 850.000 toneladas de minério de manganês. Mas o ônus da localização geográfica, em se tratando do transporte do ferro-gusa, recaiu sobre a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, por onde era escoado o ferro-gusa produzido no alto-forno da Sociedade Brasileira de Siderurgia.

O ferro-gusa era comercializado em São Paulo. Para atingir o mercado interno, o meio de transporte foi a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (atualmente Novoeste, da Holding Brasil Ferrovias), de Corumbá a Bauru e a partir daí pela linha da antiga FEPASA, hoje FERROBAN. O Grupo Chamma teve todos os méritos que devem ser creditados a iniciativas de industrialização, de agregar valor à matéria-prima, criando empregos. A localização da siderúrgica foi, em termos de localização industrial, onde deveria ser, próximo da matéria-prima, para evitar o gasto com o transporte do minério bruto. O problema é que o principal mercado consumidor (São Paulo) já era abastecido pela produção de ferro-gusa do Quadrilátero Ferrífero. O ferro-gusa de Corumbá, para tornar-se competitivo, pressionava pela redução do custo do frete cobrado pela Noroeste. Essa pressão chegou às raias da irracionalidade para a ferrovia, que, praticando a redução do frete, operava deficitária<sup>2</sup>.

A questão da localização geográfica recebeu uma atenção especial quando, em meados dos anos sessenta, em pleno debate entre “nacionalistas” e “entreguistas” (entre quem era contra e quem defendia a participação estrangeira na mineração e sobre as exportações), o deputado Milton Campos excluiu Mato Grosso (e Amapá) da proibição da exportação de manganês. Para a siderurgia nacional, a utilização desses recursos corresponderia quase a uma importação. A proposta do Deputado foi preservar o minério localizado no Sudeste, próximo à principais siderúrgicas nacionais e permitir a exportação das áreas mais distantes. Esse tratamento diferenciado gerou críticas, uma delas do articulista da revista Brasil-Oeste, que retrata bem o espírito na época: *“Mato Grosso é um Estado preterido. A União não se lembra dele, senão para arrecadar impostos. Os capitais não entram nêsse Estado, muito longe do mar e com uma pobre infra-estrutura que estrangula qualquer tentativa de desenvolvimento. Por outro lado, a inflação galopante constitui poderoso entrave a qualquer aplicação de capitais no Brasil, mormente no Estado de Mato Grosso, que ainda é despovoado e sem um importante mercado interno.”* (Rocha, 1962, p.21)

A reação contrária ao tratamento diferenciado dedicada a Mato Grosso e, particularmente, a Minas Gerais, foi impulso para defender a idéia de que o minério deveria ser beneficiado em larga escala no próprio Estado e não exportado como matéria bruta. A proposta da construção de uma Companhia Siderúrgica Mato-Grossense em Corumbá foi incorporada por diversos setores da sociedade civil, sendo criada uma Comissão Pró-COSIMAT. Em 26 de

novembro de 1963, foram publicados no Diário Oficial do Estado os estatutos da COSIMAT, que deveria fabricar ferro-gusa, arame liso, arame farpado, pregos, vergalhões e laminados em geral. O empreendimento não saiu dos projetos para se tornar realidade, não na época. Várias questões se transformaram em obstáculos à implantação do beneficiamento em larga escala. Os fornos da SOBRAMIL, com capacidade para cinqüenta mil toneladas, eram abastecidos com carvão vegetal produzido em uma coqueria perto da fundição, mas como gerar energia para fornos maiores, considerando-se as possibilidades regionais?

Os defensores da siderúrgica, com base nos conhecimentos da época, propunham: *“a água industrial é abundante. O reflorestamento no pantanal é perfeitamente possível, em terras de baixada ou aluvião, através das seguintes espécies de eucaliptos mais condizentes com a região: camaldurensis, robusta, siderophlia, terecornis e betrycides (...)”*. O que diriam os pesquisadores atuais sobre a possibilidade de introduzir o reflorestamento no Pantanal, à base de espécies de eucaliptos? Provavelmente, menos por essa importante questão técnica e mais pela questão da viabilidade econômica, o “pólo siderúrgico” em Corumbá foi adiado até o final dos anos noventa, quando o município pôde contar com a construção de um gasoduto para importação do gás natural da Bolívia. O autor Souza (1978, p.233) resume a tentativa frustrada da implantação da companhia siderúrgica: *“durante o segundo período governamental do Dr. Fernando Correia da Costa (1961-1965) tentou-se implantar em Corumbá uma usina siderúrgica, com a criação da COSIMA, plano que não vingou, por falta de interesse de grupos capitalistas e por dificuldades surgidas, ligadas principalmente à deficiência de infra-estrutura.”* A não-criação da siderúrgica mato-grossense coincidiu com a declaração de nulidade do arrendamento à SOBRAMIL, que já havia diminuído a exploração em virtude do não interesse de sua associada, subsidiária da United States Steel. A partir da segunda metade dos anos sessenta, a US Steel passou a auferir lucros com a exploração de jazidas no Gabão, no Continente Africano. Esse fato, juntamente com a descoberta de manganês no Pará (Buritirama, Sereno e Igarapé Azul), fez a empresa se afastar totalmente de Corumbá. Quando o contrato foi declarado nulo, em 1974, a SOBRAMIL já não extraía minério há dois anos.

Na década de setenta, a situação regional foi influenciada diretamente pela conjuntura nacional e menos por fatores e investidores externos (como foi o caso da Guerra e da participação das empresas belga e norte-americana). O Governador José Fragelli, no ano seguinte da anulação do contrato, em 1975, transferiu os direitos de lavra, que pertenciam ao Governo Estadual à Companhia Mato-grossense de Mineração, a METAMAT<sup>3</sup>. Como a METAMAT não possuía os recursos financeiros e pessoal técnico especializado no tipo de exploração, fez uma associação com a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A CVRD

dava suporte às operações minerais para empresas de capital privado. Dessa política resultou a criação de uma empresa, a Urucum Mineração S/A. Nesse período, a política do Governo Federal fortalecia suas empresas estatais para que atuassem diretamente em investimentos que eram favoráveis ao parque industrial nacional.

A Urucum é empresa coligada à Companhia Vale do Rio Doce. Foi constituída em 8 de abril de 1976 e reiniciou a lavra em 3 de agosto do mesmo. Da criação dessa mineradora participou a CONVAP, uma empresa ligada ao ramo da construção civil, de propriedade do empresário Alcindo Vieira. O capital social subscrito foi de 12 milhões de cruzeiros, dividido em 46,66% para METAMAT e para CVRD e para a CONVAP coube 6,68%. Tanto a produção quanto a exportação aumentaram sensivelmente de 1977 a 1979. No final da década de setenta, em virtude da crise que se instalou no setor mineral, reduzindo as encomendas, os preços ficaram deprimidos. Além da Urucum, outra mineradora de expressão era a Mineração Corumbaense Reunida, organizada em 1974 a partir de uma sociedade entre o empresário Elísio Curvo (51%) e o Grupo Tragtemberg (49%), com o objetivo de explorar os minérios para comercializá-los no mercado interno e na Argentina. Iniciou a lavra de manganês nos morros de Santa Cruz e São Domingos, com lavra subterrânea.

##### 5. O Processo de Concentração e a Participação das Grandes Corporações Internacionais

A quarta fase é marcada pelo processo de concentração da atividade em empresas de porte internacional, como a Companhia Vale do Rio Doce e a RTZ. Os grupos familiares foram praticamente eliminados do mercado por não conseguirem acompanhar os custos de produção de forma competitiva, nesse setor que é marcado pela oligopolização. As transformações na economia e na mineração mundial, as empresas tornaram-se mais assíduas na busca da redução de custos e da competitividade. Isso resultou em um processo de eliminação de mineradoras de propriedade familiar, para dar espaço a um crescimento da grande empresa, voltada para a exploração de minas de classe internacional, em um mercado extremamente competitivo. A Mineração Mato Grosso foi desativada, em 1995, assim que a associação entre a CVRD e a Usiminas (Vale-Usiminas, ou VUPSA) adquiriu, da família de Joaquim Salles Leite, o controle da Companhia Paulista de Ferro-Ligas. A reserva de meia tonelada de manganês, (estimada em 1995) não compensava a exploração. Por isso, a Ferro-Ligas optou por desativar a mineração e adquirir o minério da Urucum.

O mesmo processo de concentração ocorrido no Quadrilátero Ferrífero repetiu-se em Mato Grosso do Sul, guardadas as devidas proporções. Saíram os grupos familiares. Alguns concessionários permanecem no rol do DNPM, mas não apresentam produção. Na década de noventa, foram duas grandes empresas de mineração internacionais a explorar minério de ferro e manganês nos municípios de Corumbá e Ladário: a Companhia Vale do Rio Doce (através da Urucum Mineração) e a Rio Tinto Zinc (que adquiriu a Mineração Corumbaense Reunida).

A Mineração Corumbaense Reunida foi adquirida, em 1991, pela empresa EFX Investimentos e Participações Ltda, subsidiária do grupo TVX de propriedade do empresário Eike Fuhskem Batista. O grupo, de capital nacional, adquiriu a Mineração Corumbaense em associação com a empresa Rio Tinto Brasil, uma subsidiária da empresa britânica Rio Tinto (uma das maiores mineradoras do mundo). A Rio Tinto está no ramo da mineração desde 1873, quando iniciou suas operações na Espanha. Em 1953 a Rio Tinto vendeu a maior parte de seus ativos no País e canalizou seus investimentos para o Canadá, Austrália e África do Sul.

Em 1962 a Rio Tinto uniu-se à Consolidate Zinc, uma empresa que havia sido fundada em 1905 com o nome de Zinc Corporation, como objetivo de explorar chumbo e prata no município de Broken Hill, na Austrália, e a partir daí teve seu nome alterado para Rio Tinto Zinc (Hegenberg, 1994).

A partir de 1993, houve nova fusão da Rio Tinto Zinc com a empresa australiana CRA, que criou uma das maiores empresa de mineração do mundo, a RTZ-CRA, passou a ser chamada de Rio Tinto, e no Brasil, a subsidiária é Rio Tinto Brasil. A Rio Tinto Brasil foi criada em 1971. A empresa ampliou sua participação no setor mineral brasileiro ao adquirir, em 1996, 40% do capital da principal produtora privada nacional de carvão mineral, a Copelmi Mineração S/A, que oferecia carvão para as termelétricas do parque industrial da região Sul do País. A composição acionária da Mineração Corumbaense Reunida (MCR) esteve assim dividida: Rio Tinto do Brasil Ltda (80%), EFX Investimentos e Participações Ltda (20%). Após a aquisição da MCR pelo grupo EFX/RT, foram investidos milhares de dólares em pesquisa geológica na mina de Corumbá, com o objetivo de caracterizar as jazidas. Foram realizados investimentos em equipamentos e infra-estrutura, investimentos no sistema de transporte fluvial, no sistema de segurança e de gerenciamento.

A principal questão que se coloca para a exploração é a eliminação do estrangulamento no setor da infra-estrutura de transportes e energia. As minas de Corumbá e Ladário possuem uma localização geográfica particular no contexto nacional e internacional. Estão distantes da área core do mercado consumidor interno em franca posição desfavorável frente à exploração em Minas Gerais, que acabou atraindo a localização das principais

siderúrgicas brasileiras. A escala de sua produção sofre com as limitações físicas impostas pela navegação pelo rio Paraguai, nos períodos de seca é reduzida a capacidade de transporte das barcas. Para os produtos de maior valor agregado, o ônus é sofrido pelas condições de transporte ferroviário, que há muito tempo demanda por investimentos, mesmo após a privatização da Noroeste. Para aumentar o valor do minério, exportando produto de maior valor que utilize o minério de ferro/manganês como matéria-prima, é necessário o suprimento de energia em quantidade e preço satisfatórios. Nesse sentido, a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil é favorável mas permanece a questão do preço, pois o gás importado é pago em dólar. As oscilações cambiais são suportadas pela Petrobrás, ainda estatal, e a avaliação dessa situação pesa quando se pensa em políticas de investimento a médio e longo prazos. Com relação ao mercado consumidor externo, para certa instabilidade devido à crise econômica argentina refletir sobre as encomendas do principal consumidor estrangeiro – a siderurgia argentina.

## 6. Considerações Finais

A intensificação das relações comerciais, possibilitada pelo rio Paraguai, a posição de entreposto comercial de Corumbá (antes da construção da estrada de ferro) e os capitais disponíveis com direcionando-se para a atividade pecuária ou comercial não gestaram as condições para a que a atividade da exploração do minério de ferro ou manganês fosse atrativa. Ao contrário, em Minas Gerais, as atividades mais primitivas de beneficiamento do ferro foram trazidas pelos negros escravos africanos. O minério de ferro encontrava largo emprego nas ferramentas agrícolas e nas ferraduras das tropas. A topografia acidentada da região do Quadrilátero exigia que os animais de carga fossem ferrados e as rodas dos carros de boi recebessem aros de ferro. Diferente da situação em Corumbá, de topografia mais plana, na planície do Pantanal, com uma pouca expressiva produção de subsistência e gado de corte criado extensivamente, para ser abatido em outras regiões.

Nessas condições, durante todo o final do século XIX as concessões são renovadas e não encontramos registro algum de uma efetiva exploração. As primeiras iniciativas vieram de fora, a partir de meados do século XIX, com o interesse de capitais belgas e posteriormente, norte-americanos e intensificadas apenas por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, as determinações incidentes sobre o desenvolvimento da atividade são endógenas, ou seja, basearam-se na necessidade de manganês para a indústria bélica dos

aliados e a decisão da União Soviética em suspender as exportações de manganês para os Estados Unidos. São as necessidades externas impondo determinações locais.

Quando o processo de industrialização começou a caminhar no País, de forma mais autônoma aos impulsos partidos do centro, as transformações repercutiram em Corumbá, não com a força suficiente para tornarem-se estáveis, mas provocaram profundas transformações, como a instalação do alto-forno pelo Grupo Chamma, chegando ao ponto da reivindicação pela implantação de uma Companhia Siderúrgica Mato-grossense (a COSIMA).

Os acontecimentos principais da década de setenta na região são exemplares da situação econômica do País, a desativação do alto-forno, depois do primeiro choque do petróleo e a constituição de duas importantes empresas durante a vigência da política econômica do Governo de Geisel: a Mineração Corumbaense e a Urucum Mineração, com a participação da CVRD, em sua política de fomentar o desenvolvimento dos grupos privados.

A retomada do desenvolvimento econômico da atividade de exploração mineral em Corumbá será mais dinâmica a partir do rompimento dos nós de estrangulamento na questão da infra-estrutura. Nesse sentido, contar com o gás natural é motivo concreto para boas perspectivas, pois a verticalização das operações aumentará o valor da matéria-prima. Desde a descoberta das jazidas até a assinatura de um protocolo de intenções para a criação de um Pólo-Mínero-Siderúrgico transcorreram 124 anos.

Pensar sobre esse processo nos levaria a aventar a hipótese da distância geográfica entre as minas e os principais centro consumidores, mas a distância física é relativa. O progresso técnico relativiza a distância e os eventos constituintes do processo de desenvolvimento econômico tem um papel fundamental. Pesam as características naturais (o fato da navegação pela hidrovia Paraguai-Paraná não comportar o transporte de embarcações de maior capacidade é um fator). Entram as características sociais e a conjuntura econômica interna e externa, ou seja, devemos considerar a combinação de múltiplos fatores, resultando em uma configuração particular, especificamente localizada.

### **Referências Bibliográficas**

- ABREU, S. F. (1973) Recursos minerais do Brasil. v.2. Edgar Blucher, São Paulo
- ALMEIDA, F. (1945) Geologia do Sudoeste mato-grossense – Boletim 116. Rio de Janeiro: Divisão de Geologia Mineral/DNPM, .
- BRASIL OESTE. Causa decepção em Corumbá proposta de instalação em Terenos dos altos-fornos da COSIMA. Brasil Oeste. n.103, p.34, 1965.

- CAMPOS, T. de S. (1995). Os recursos minerais no Morro do Urucum e o desenvolvimento regional. Campinas, Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade de Campinas
- CHAMMA, J. A. (1955). Por um Brasil melhor. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. (1992). A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce.
- D'ALMEIDA, V. (1964). Corumbá: cidade geopolítica privilegiada. Brasil-Oeste. São Paulo, n.99, p.46-47.
- EXPOSIÇÃO NACIONAL (1908). Catálogo dos productos enviados pelo Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Typ. Oficial.
- GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO. (1995). Informações básicas. Corumbá: Mineração Corumbaense Reunida.
- HEGENBERG, F. E. N. (1994). Planejamento estratégico de grandes empresas no setor mineral: estudo de caso do Grupo RTZ Corporation PLC. Campinas, Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade de Campinas
- INTERNAVE. (1990). Hidrovia Paraguai-Paraná – estudos de viabilidade econômica (relatório final). São Paulo: Internave.
- LEONARDOS, O. H. (1957). “Problema brasileiro do manganês.” Engenharia, mineração e metalurgia. n.155. Minas Gerais, (s.ed), pp.271-276.
- LISBOA, M. A. R. (1909). Oeste de São Paulo e Sul de Mato Grosso: geologia, industria mineral, clima, vegetação, solo agrícola, industria pastoril. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio.
- \_\_\_\_\_. (1944) Relatório preliminar sobre as jazidas de manganês e ferro de Urucum (Mato Grosso – Brasil). Rio de Janeiro: DNPM, 81p.
- \_\_\_\_\_. (1909). Sul de Mato Grosso: geologia, indústria mineral, clima, vegetação, solo agrícola, indústria pastoril. Rio de Janeiro: Comissão E. Schonoor (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil).
- MAMIGONIAN, A. (1986) Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. Geosul, n.1, Santa Catarina: UFSC, pp.39-58.
- MATO GROSSO. (1908). Catálogo dos productos enviados pelo Estado de Matto-Grosso. Cuyabá: Estab. Avelino Siqueira.
- MENSAGENS dirigidas à Assembléia Legislativa do Estado. (1957). Cuyabá: Typ. Oficial, 1918 a 1957.



- OLIVEIRA, A. L. de. (1996) Grandes projetos de investimento no Mato Grosso do Sul. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- PÓVOAS, L. de C. (1977) Mato Grosso: um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Guavira Editores.
- QUEIROZ, P. R. C. (1999). Uma ferrovia entre dois mundos: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956). São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- RANGEL, I. (1982). Ciclo, tecnologia e crescimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ROCHA, S. L. da. (1962). “A política dos minérios”. Brasil-Oeste. São Paulo, n.76, pp.21-22.
- SANTOS, C. B.; S., P. C. L. dos. (2000). Potencial mineral de ferro e manganês do município de Corumbá-MS. Corumbá. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- SILVA, J. L. L. (1990). O setor mineral sul-mato-grossense: panorama do primeiro decênio 1979-1988. Campinas. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade de Campinas. 118p.
- SOBRAMIL. (1988). Estudo de viabilidade. Corumbá: Sobramil.
- SOUZA, L. G. de. (1978). Bacia do Paraguai: Geografia e História. Brasília: Departamento de Divulgação e Documentação.
- TECNOMETAL. (1982). Estudo para a implantação de um pólo mínero-metalúrgico em Corumbá. Rio de Janeiro: Tecnometal.

---

<sup>1</sup> “*Battle Act*” foi a proibição estabelecida pelo governo americano de que os países aliados exportassem para a União Soviética materiais que pudessem ser usados para fins militares. Em represália, o governo soviético proibiu a exportação de manganês para os EUA, que passou a abastecer-se no Brasil, Índia e alguns países africanos (África do Sul, Gabão e Gana).

<sup>2</sup> Na tese de Queiroz (1999), há uma parte específica que detalha as pressões e as decisões sobre o frete cobrado pela Noroeste para o transporte do ferro-gusa da Sociedade Brasileira de Siderurgia a partir de 1950.

<sup>3</sup> Empresa estadual, criada em 1972 para administrar os recursos minerais do Estado de Mato Grosso.